



Anais da Assembleia

N.º 38

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 52.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1977.

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Bernardi e Waldenício Barbalho.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentno, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Fuad Nacli e Wilson Fortes (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho e Otássio Pereira (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Não há expediente a ser lido.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para fazer dois registros.

O primeiro é para congratular-me com a população de Capanema pela inauguração de novos prédios escolares nesta data, construídos exclusivamente com recursos do Governo do Estado, através da FUNDEPAR. Tais obras foram edificadas em atenção às reivindicações que me foram feitas pelos Vereadores daquele município, da legislatura anterior, juntamente com o Presidente e o Secretário do Diretório Municipal da ARENA e que as encaminhei ao Secretário de Educação e ao Prof. Guilherme Lacerda Braga, dinâmico e ilustre Diretor Superintendente da FUNDEPAR.

Estaria hoje em Capanema juntamente com o Secretário da Educação para assistir à inauguração daquelas obras, caso não tivesse recebido a delegação honrosa do líder de meu Partido nesta Casa, para falar sobre Tiradentes, na sessão solene que lhe será dedicada nos próximos minutos o que me impede de estar presente às solenidades de um dos municípios que tenho a honra de representar nesta Casa e para cujas obras tanto lutei.

(LENDO): “A segunda comunicação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que devo fazer um registro que considero

importante porque o Paraná vem levando muito a sério, nos últimos anos, as homenagens que presta aos vultos mais insígnies de sua história. Condenamos muitas vezes no interior do Estado, nos municípios da minha região, nas reuniões de que participamos, homenagens graciosas, fáceis, movidas por atos de simples paixão casuística, como se as afetividades humanas pudessem sobrepujar o trabalho em favor das comunidades. Esta benevolência, às vezes acompanhada do louvor excessivo e muitas vezes injusta, tornaria as homenagens às vezes até insonas pelo lamentável imerecimento de pessoas que só alcançaram a glorificação de alguns homens, mas que conseguiram o respeito, a consideração, o apoio das suas gerações contemporâneas.

“O Governador Jayme Canet Júnior, anunciou para o início do próximo mês de maio, a inauguração do hospital de apoio ao tratamento do câncer e sua disposição de propor o nome de ADEODATO ARNALDO VOLPI como seu patrono. O Ministro da Saúde, Almeida Machado, aqui estará inaugurando este hospital e o entregando à sua tarefa humanitária de prestar serviços à comunidade carente do Paraná, pois ele funcionará mais como um hospital albergue para pessoas portadoras de câncer, vindas do interior ou que estejam sob suspeição de portar este mal do século.

A importância do hospital não pretendo comentar neste momento, pois os Srs. Parlamentares poderão testemunhar pessoalmente, visitando aquele nosocômio no bairro do Tarumã, conversando com seus médicos, com seu corpo de funcionários, e sentindo de perto o valor de uma obra destinada a atender pessoas pobres.

O que pretendo neste momento, é registrar a justiça histórica que o Governo do Paraná vai fazer ao lembrar do saudoso vice-Prefeito de Curitiba, ADEODATO ARNALDO VOLPI, que teve a fortuna de semear, numa vida pública fértil em atos e em gestos humanitários, o bem que gera a imortalidade.

Não foi ADEODATO VOLPI um grande tribuno. Foi bom administrador, pois ocupou, sempre com grande destaque, as mais altas funções públicas: desde a de Diretor-Fundador da CODEPAR, já extinta, Secretário de Estado, Presidente do BADEP, mas foi, acima de tudo, gente. Foi um homem que marcou a sua existência exatamente pelo amor que dedicou à humanidade, e quem o conheceu, nesta Casa, pode testemunhar, com absoluta seriedade, a sua condição de pessoa humana.

A lembrança do Governador Jayme Canet Júnior foi uma das mais felizes. O Hospital “ADEODATO ARNALDO VOLPI” será um símbolo de caridade, ao amor, ao trabalho comum à cura do mal do século”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Passa-se à ORDEM DO DIA:

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/76, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o RIO IGUAÇU, ligando os Municípios de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES e CAPANEMA. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.F., C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

PROJETO DE LEI NÚMERO 50/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o rio Iguaçu, ligando os municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema.

Art. 2º — As despesas com a execução desta lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria a ser prevista nas próximas leis de meios.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O município de Capitão Leônidas Marques, situado à margem direita do rio Iguaçu, integra o complexo de comunidades autônomas, localizadas entre esse rio e o Piquiri, na denominada região Oeste do Paraná.

Geograficamente unido a Cascavel, e servido por movimentada estrada de rodagem, esta serve também como escoadouro de grande parcela da produção agrícola dos municípios localizados à margem esquerda do rio Iguaçu, região Sudoeste do Estado, principalmente Capanema, que faz divisa com Capitão Leônidas Marques.

Como é público e notório, à mesma margem esquerda da BR-277 até o rio Iguaçu, encontra-se a grande reserva florestal do Parque Nacional, que limita-se com os municípios de Cascavel, adentrando Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, havendo sobre sua área uma outra estrada primária que interliga as duas referidas regiões: Oeste e Sudoeste. No entanto, as dificuldades impostas pelo IBDF e pelas autoridades federais, têm, em tese, inviabilizado a efetiva tomada de posição do Governo Estadual no tocante à opção oficial desta estrada para transformá-la em rodovia principal da ligação das duas ricas regiões, e mais, os Estados do Sul com o Paraná e Mato Grosso.

Desta forma, a melhor e mais racional medida seria definir essa ligação pela sugestão aqui formulada, a qual, aliás, vem favorecer, por um lado, o entroncamento da BR-277 às estradas que demandam a Toledo, Palotina, Mal. Cândido Rondon e Guaíra e, do outro, a que liga Cascavel a Campo Mourão, Norte do Paraná e São Paulo.

A necessidade dessa obra é tão evidente que dispensaria qualquer outra argumentação, além de ser um fator de integração econômica e social das regiões aludidas, mormente agora com as obras e efeitos do Complexo Hidrelétrico Itaipu, que tem mobilizado todas as potencialidades regionais e ainda dos países e estados platinos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 50/76

O Projeto de Lei número 50/76, de autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino visa autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Iguaçu ligando os municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema.

Embora as intenções e a justificativa apresentadas pelo autor demonstrem a validade da presente proposição, temos que a mesma incorre, face aos artigos 25 e 35 da Constituição Estadual, em flagrante inconstitucionalidade.

Tal projeto poderá ser encaminhado através de sugestão ao Poder Executivo, a qual contará com o nosso integral apoio.

Isto exposto, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei número 50/76, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei número 50/76

Visa o presente Projeto de Lei número 50/76, somente a autorização ao Governo do Estado, matéria de grande valia às comunidades de Capitão Leônidas Marques e Capanema, ou seja a construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu, obra essa carente aos municípios e ao Estado.

O nosso parecer é pela APROVAÇÃO da matéria.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

LUIZ CARLOS ZUK — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei número 50/76

A matéria autoriza o Poder Executivo a executar uma ponte sobre o rio Iguaçu, ligando os municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema. Sem contestação, a obra objeto deste projeto de lei será de fundamental utilidade para essa importante região.

Nosso parecer é pela APROVAÇÃO da matéria.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1976.

(aa) ALFREDO GULIN — Presidente

VALTER PIETRÂNGELO — Relator

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está a tramitar, neste Parlamento, alguns projeto de lei que têm por objetivo buscar — quem sabe até compelir junto ao Sr. Governador do Estado do Paraná, como chefe do Governo Estadual, a construir obras pleiteadas e reivindicadas não só por pessoas que residem nas diversas comunas que integram a chamada região Oeste do Paraná, mas em outras regiões do Estado.

Volto a frisar que o Oeste do Paraná é aquela região constituída, especificamente, pelas comunidades administrativas que se situam entre os rios Iguaçu e Piquiri desde o município de Laranjeiras do Sul até a divisa com o Paraguai e Argentina, no município de Foz do Iguaçu.

Esta região praticamente, nesta segunda metade da década de 1970, com exceção da BR-277, é que tem recebido do Governo do Estado apenas alguns favores, ou melhor, algumas atenções, em questão de estradas, como foi o exemplo de Palotina-Toledo ou Toledo-Palotina, excluída a rodovia que liga Toledo a Cascavel, com a participação do Governo Federal e que concluiu a sua pavimentação no ano passado.

Esta região, Oeste do Paraná, responsável pela produção de praticamente 30 por cento da potencialidade agro-econômica, está até esta segunda metade da década de 1970, nesta situação e, quem sabe, ainda poderá se prolongar no esquecimento que a lógica, que o Direito, que a Justiça, que a organização de Estado como tal, como uma cédula jurídico-administrativa busca os objetivos únicos desta organização que é satisfazer as necessidades das suas populações.

O Oeste do Paraná hoje encontra uma ligação pavimentada como o Sudoeste e como o Norte do Estado, apenas pelo lado do Sudoeste, com a Rodovia Três Pinheiros que, segundo as lendas, teria sido construída sob o interesse subjetivo de alguns que buscavam, quem sabe, a exploração de alguns pinheiros que ainda existiam, e até hoje existem naquela região, Sudoeste do Paraná. Teria sido motivada a construção desta estrada por estes interesses subjetivos, segundo a alegação de alguns dos moradores daquela região.

De tal maneira que o Oeste do Paraná, a não ser a ligação que faz com Capanema pela rodovia que transborda o Parque Nacional, não há nenhuma outra ligação que se possa dizer...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Exa. me permite um aparte?
O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concederei com gosto,

concluindo o meu raciocínio.

Nenhuma outra se fez ainda em termos de integração. Buscando na argumentação da razão, do bom senso, da ponderação administrativa, da lógica administrativa, seria de todo fundamental que o Estado se movesse em busca da construção de outra estrada que pudesse se distanciar daquelas razões imperativas de não cortar o Parque Nacional. E, fazer assim, a integração do Sudoeste com o Oeste, através de uma estrada que há tantos anos tem sido objeto de reclamações dos poderes municipais, constituídos principalmente por Realeza, Capanema, Leônidas Marques, Catanduvas e Cascavel.

E é com este objetivo que formulamos, depois de vários requerimentos, que questionamos e que propusemos neste Parlamento e que, só agora, através de um pedido de regime de urgência vem ser debatido numa sessão extraordinária, marcadamente esvaziada, pelo desinteresse das matérias, quem sabe, que se discutem neste horário.

Ocorre que a minha região é também representada, especificamente representada aqui pelo douto e eminente Deputado que também representa Leônidas Marques, Capanema e várias comunidades do Sudoeste paranaense, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, a quem eu tenho a satisfação de conceder um aparte.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Agradeço a referência formulada, do convívio democrático e parlamentar nesta Casa, nobre Deputado.

Tenho, constantemente, o prazer de vê-lo ocupar esta tribuna especialmente com referência ao município que conjuntamente representamos neste Parlamento — Capitão Leônidas Marques.

Tenho acompanhado os pedidos de V. Exa., sabendo que aquele município, incrustado no Oeste do Estado, com estreitas vinculações com a região Sudoeste, município limítrofe entre Oeste e Sudoeste, realmente merece a atenção dos poderes públicos estaduais e federais.

Com referência ao projeto em tela gostaria de afirmar a V. Exa. que a Secretaria dos Transportes já há questão de seis meses contratou firma para projetar uma estrada naquela região, ligando o Sudoeste ao Oeste do Estado do Paraná.

Havia uma reivindicação antiga formulada por Capanema e Medianeira, que, fosse construída a estrada do Colono, a célebre Estrada do Colono, que dorme no segundo plano nacional, do desenvolvimento; entretanto, por motivo ecológico de conservação do Parque Nacional — que a mim não convence — esta estrada não tem, infelizmente, como nós desejaríamos, o seu projeto final de engenharia definido.

Porque V. Exa., como conhecedor da região, sabe que no rio Iguaçu seria necessária e será necessária, a construção da maior ponte de concreto armado já edificada no Estado do Paraná. Por estes motivos, o Governo está reconhecendo a indecisão dos órgãos federais; resolveu então, contruir uma outra ligação que parte do município de Realeza, vizinho do município de Capanema, antigo município membro daquela comarca, para ligar Realeza ao distrito de Marmelândia para, ali, ser edificada a ponte cujo projeto final de engenharia já está concluído, para ligar Leônidas Marques a Santa Lúcia e, de lá a Santa Tereza, município onde o eminente Deputado Fidelcino Tolentino tem a sua base eleitoral.

Portanto, haveremos de ver atendida a aspiração de V. Exa. que também é a nossa — a construção da estrada que liga o Sudoeste, ao Oeste do Paraná.

Tenho também o prazer de informar a V. Exa., nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que não somente esta obra será edificada ainda no atual Governo, como também será feita a ligação entre a Rodovia Francisco Beltrão-Dois Vizinhos-Salto Osório, a Quedas do Iguaçu, ligando também, Oeste ao Sudoeste também com o apoio de todos os nobres Deputados, homens da ARENA e do MDB que, quando se trata do bem comum,

unem-se independentemente de filiação partidária, para lutar pelas legítimas aspirações das nossas regiões Oeste e Sudoeste, cuja colonização se fez da mesma forma, cujo sangue derramado para a conquista das terras se fez do mesmo modo, cuja região é habitada por gente das mesmas partes do Brasil, cujo minifúndio é a principal característica.

Haverá de ser atendida no atual período administrativo, não só pela ligação do município de Realeza a Capital Leônidas Marques e a Cascavel; mas, também, de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos a Quedas do Iguaçu, como também do município de Chopinzinho a Laranjeiras do Sul; e, Laranjeiras ligando à BR-277.

Era o aparte, escusando-me pela demora a V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. sabe que eu fico

homenageado com o aparte de V. Exa., principalmente, porque V. Exa. bem situado na questão de responsabilidade deste munus público que V. Exa. conjuntamente exerce representando a mesma região. E vejo que o objetivo pelo qual nos moveu a propor esta medida, já no início do ano passado de 76, conversávamos com o Secretário, "a posteriori", a quem remetemos uma cópia deste projeto, ele nos disse que estaria sendo estudada a possibilidade de fazer-se uma ligação por Realeza. Fazendo esta ligação por Realeza, satisfaz, sobretudo hoje, o município dirigido por um homem do MDB, satisfaz a pretensão de que o Governo, talvez, se distanciando daquela anunciada entrevista que deu à Revista VEJA, talvez, tenha reformado o seu pensamento no objetivo de buscar o bem comum e atender também, às reivindicações dos chefes de executivos eleitos pelo MDB.

Concedo, com satisfação, o aparte ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Fidelcino Tolentino, fico satisfeito em ver que um Deputado do Oeste, um Deputado do Sudoeste, estão a brigar por uma causa em comum.

Mas, ao mesmo tempo, e aproveitando a deixa, queria, para ficar registrado nos Anais da Casa, fico preocupado quando se fala em pontes porque a tradição técnica de pontes neste Estado, é um fracasso; não tanto pelas pontes em si mas, principalmente, pela falta de unidade administrativa deste Estado. Neste Estado, cometeu-se e cometem-se os maiores absurdos. Porque os homens da COPEL não se dignam conversar com os homens do DER.

Veja, nobre Deputado, o absurdo que ocorrerá na ponte há pouco citada, a ponte que liga Pato Branco a Três Pinheiros; com a Usina de Santiago, esta ponte ficará há mais de dez metros abaixo da água e, lá, se terá que construir uma nova ponte, porque o pessoal da COPEL não se dignou dar a quota ao pessoal do DER; ou o pessoal do DER, não se dignou a pedir a quota de inundação para a COPEL. Mas, o mais grave, Sr. Deputado, é isto; é que a COPEL gastou dinheiro para construir uma outra ponte que liga Dois Vizinhos a Quedas do Iguaçu. Uma ponte tão mal feita que, a primeira enchente levou. Ponte assassina, nós temos responsabilizado os homens da COPEL porque ao permitir uma obra defeituosa, tiveram que substituí-la por uma balsa. E, esta balsa, levou à morte a mais de cem pessoas, que foi um fato nacionalmente comentado. A COPEL resolveu recuperar a ponte e a ponte foi recuperada e, agora, esta ponte também ficará debaixo da água devido a Usina de Cruzeiro do Iguaçu.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado Deni Schwartz,

V. Exa. me permite no seu aparte, dialogando, eu acho isto até um problema que transcende à especulação de ordem política. Eu acho que ela alcança, até, os preceitos do Código Penal.

O Sr. Deni Schwartz — Termino o meu aparte, dizendo que temo que uma ponte ligando, tão necessária, ligando o Sudoeste ao Oeste, entre Realeza, Leônidas Marques, Capanema, também venha a ficar debaixo d'água, pela Usina de Capa-

nema, que já tem cotas definidas. E essa preocupação eu já levei aos engenheiros do DER, pedindo que, pelo amor de Deus façam uma ponte que, no futuro não precise ser ultrapassada, não precise ser passada com submarino.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Não pretendo construir nenhuma ponte aérea sobre o Sudoeste a Oeste. Eu só gostaria de esclarecer que a ponte construída sobre o rio Iguaçu, na estrada Pato Branco-Três Pinheiros, vem prestando inestimáveis serviços à região Sudoeste, porque é a única ligação asfaltada do Sudoeste do Estado do Paraná até há pouco tempo. Foi uma obra edificada com recursos federais, e esta obra está em uso pela população do Sudoeste há seis anos, desde a inauguração no Governo do ex-Governador Paulo Pimentel. Com referência ao rio Iguaçu é um outro assunto que eu gostaria, inclusive de voltar a discutir com V. Exa. e com o nobre Deputado Deni Schwartz, porque o rio Iguaçu é um rio de alto potencial energético no Estado do Paraná.

Nós temos a condição e a capacidade de, através de obras juntamente com a ELETROSUL e a ELETROBRÁS, de conseguir do rio Iguaçu, na região Sudoeste do Estado do Paraná, a geração de seis milhões de quilowatts de força. E haveremos de fazer. E é por isso que a COPEL está fazendo, mediante autorização que recebeu do Governo Federal, estudos no município de Capanema para construir lá uma Usina com capacidade de gerar no Salto Alto-Paraguai, 2 milhões e duzentos mil KW de força tão necessária para o desenvolvimento agro-industrial do Estado do Paraná, que parece ser o caminho para o nosso desenvolvimento.

Mas termino o aparte dizendo a V. Exa., que não pretendo construir nenhuma ponte aérea, e reconheço no Deputado Deni Schwartz uma autoridade, como engenheiro emérito, para construir as pontes.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Nobre Deputado, agradecendo o aparte de V. Exa. estamos satisfeitos e nenhuma ponte aérea será construída, embora nós precisássemos construir pontes aéreas, mas com tráfego aéreo na região, e sobretudo quando se constrói um aeroporto em Cascavel, onde a Secretaria de Transportes, eles aproveitam as vias aéreas para abordar o assunto. Em Cascavel, ao invés de se construir um aeroporto que pudesse abarcar, que pudesse abrigar, que pudesse alojar, que pudesse satisfazer o pouso de aeronaves, dessas que operam no mercado atualmente, quer seja o tipo Boeing 727, fizeram aprioristicamente uma pista para dois mil metros, onde as técnicas impedem o pouco desse tipo de aeronaves.

Tenho que me socorrer de V. Exas. para que se ajuste esses duzentos metros, eu diria até num recurso de retórica, cada Deputado ajeita uma situação de quatro metros e está resolvido o problema do aeroporto de Cascavel.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fidelcino Tolentino, o assunto é muito sério e envolveria uma pergunta: por que não se utilizar as cristas das barragens como pontes? E essa pergunta me foi respondida por ser proibido o uso de cristas de barragens para pontes. É uma pergunta que fica no ar.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Nobre Deputado, eu não sou engenheiro e confio plenamente no que diz V. Exa.

O Sr. Deni Schwartz — E as cinco ou seis barragens que são feitas no rio Iguaçu, poderiam perfeitamente servir de pontes para ligar o Oeste com o Sudoeste.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É preciso que o Oeste e o Sudoeste, o Oeste e o Noroeste precisam ser interligados, porque não se justifica nem em termos econômicos uma falta de ligação rodoviária. Não vou nem falar em ferrovia, porque a ferrovia, a decantada ferrovia do Oeste do Paraná, parece que rodou junto com algumas pontes que rodaram também pelas enchentes, e nesta vazão de retórica que o Governo Federal

tem feito, quem sabe tenha se esvaído junto com ela a pretensão de uma construção dessa propalada ferrovia do Oeste do Paraná. Mas, me atenho ao objetivo desta discussão, para que se qualifique o pensamento de quantos poderiam ajudar a construir uma comunidade melhor, sob os aspectos sociais, sob os aspectos políticos, sob os aspectos administrativos e sobretudo, sob os aspectos econômicos. Já que nós vivemos tanto à busca de recursos para o erário público.

Gostaria de encaminhar à Mesa esta proposição, este pensamento, para que o Oeste do Paraná, alojado e interligado com as outras regiões do setor paranaense, do Estado, pudesse crescer juntamente com as demais regiões.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 25, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 50/76.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Bernardi e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorçin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho e Otássio Pereira (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob o número 10/77, do Senhor Erley Pedro Trappel, Presidente da Câmara Municipal de Matinhos, encaminhando a este Poder discurso do vereador Samuel Trevisan, proferido em sessão ordinária realizada dia 1º do corrente, em homenagem ao "Aniversário da Revolução de 1964". — Ao conhecimento da Casa.

TELEX:

Nos seguintes termos: CUMPRIMENTANDO-O VG AGRADEÇO COMUNICAÇÃO HAVER DETERMINADO TRANSCRIÇÃO ANAIS ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ES-

TADO DISCURSOS SENHOR PRESIDENTE REPÚBLICA ET EU PRONUNCIAMOS OCASIÃO TERCEIRO ANIVERSÁRIO ATUAL GOVERNO REPUBLICA PT CDS SDS PT. ARMANDO FALCÃO MINISTRO JUSTIÇA. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Curitiba recebe sábado João Fernando Sobral. É mais um brasileiro que por certo voltará encantado com esta terra, com nossa gente, com a beleza de nossa querida Capital. Mas ocorre Senhor Presidente, que o nosso visitante vem quando o Lions no Brasil comemora o seu jubileu de prata. E ele é o primeiro brasileiro que ocupa a presidência de Lions Internacional, com atuação aplaudida mundialmente pela extraordinária inteligência de que é possuído. Dotado de invejável vocação leonística a organização que preside tem sentido reflexos magníficos no crescimento cada vez maior em todo o mundo, inclusive no Brasil que orgulha de se destacar no seu período com o primeiro lugar no índice de fundação de clubes.

O Lions no Brasil, fundado precisamente em 16 de abril de 1952, na cidade do Rio de Janeiro, congrega cerca de 1.500 clubes e mais de 40 mil sócios espalhados por todo o País num trabalho norteado pelo ideal de servir. Os que se integram no clube aceitam a responsabilidade de dedicar um pouco de seu tempo ao bem estar da coletividade. Dentro de suas profissões se dispõem à colaboração necessária e espontânea, para conseguir a elevação dos padrões morais e profissionais e estreitar o bom relacionamento entre os povos das diferentes nações. Lions transforma os simples contactos de pessoas em uma amizade duradoura e dá aos homens o privilégio de realizarem os seus justos anseios, de poder somar os seus esforços, sua inteligência e sua vontade, para um trabalho conjunto e inspirador, que, no final, beneficia a todos indistintamente, porque o maior objetivo é a comunidade. E com a presença do dirigente internacional em nossa Capital se dará também a instalação solene da ORDEM DO MÉRITO LEONÍSTICO, através do Governador do Distrito L-6, o médico Darby Valente. Sobre portanto motivação bastante, para através deste, requerer a este augusto Plenário, a consignação na ata dos trabalhos desta Casa de Lei, de voto de regozijo não só pela presença de ilustre visitante, mas acima de tudo pela sua extraordinária dedicação no afã de unir maiores forças em prol da confraternização universal.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Cooperativismo têm sido ultimamente bastante incentivado pelos órgãos governamentais, em todos os setores de atividades, sobretudo nos da produção agrícola e pecuária.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que na sua grande maioria, o cooperativismo não alcança os seus objetivos. Algumas vezes por incapacidade dos seus dirigentes e outras vezes por falta de maior suporte econômico e financeiro.

Então, quando encontramos uma Cooperativa dinâmica, merecedora de confiança e dirigida por homens honestos, conscientes e altamente capacitados, nos sentimos gratificados.

É o caso da CANORPA, com sede em Apucarana e com representações em Borrazópolis, Faxinal, e Grandes Rios, que dirigida pelo Eng. Agrônomo ODIVAL FRANCISCON e CHRISTOPH L.F.W. SHULTZ, vêm dignificando não só o cooperativismo, mas sobretudo a agricultura e a pecuária da nossa região, dando total e absoluta confiança a todos os cooperados que dela participam.

Dá a razão do nosso pedido, para que constem dos Anais desta Casa de Leis, a nossa solidariedade, e a nossa satisfação, e

que seja oficiada à referida Cooperativa, bem como à Secretaria da Agricultura e o Banco de Crédito Cooperativo, do inteiro teor do presente.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado um expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem — DER, no sentido de que em todos os projetos de construção de rodovias no Estado do Paraná, seja incluída a obrigatoriedade de plantio de árvores, das mais diversas espécies, em ambas as margens das rodovias.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Além do aspecto mais importante, que é a preservação da flora, para que o ar se mantenha puro e saudável, condição imprescindível para conservação da própria vida, há ainda o fator estético, de grande importância psicológica, fazendo com que as pessoas mantenham um contato mais íntimo com a natureza e estimulando-as a também zelarem por isso em seu mundo particular.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação de nosso Estado, sugerindo medidas necessárias para a implantação e funcionamento da segunda fase do ensino de primeiro grau (antigo curso Ginásial) na localidade de "CORCOVACO" — Estrada Corcovado - no município de Pérola.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Dentro da filosofia da Lei 5692 (Reforma do Ensino) que preconiza a unificação dos antigos cursos primário e ginásial, transformando-o em "ENSINO DE PRIMEIRO GRAU DA 1ª à 8ª SÉRIE", a localidade de "Corcovado" núcleo central da estrada do mesmo nome, no município de Pérola, apresenta-se com todas as condições para a implantação da segunda fase do primeiro grau, ou seja, o funcionamento da escola existente, também da 5ª a 8ª série. Região eminentemente agrícola, tendo como sua cultura principal, o CAFÉ, por isso densamente povoada, a localidade de Corcovado, conta com uma população estudantil de cerca de 500 alunos, que se deslocam até a cidade de Pérola em busca da conclusão do 1º grau. Entendemos de URGÊNCIA a implantação da segunda fase, pois com a medida que viria atender ao espírito da Lei 5692, que implantou a reforma do ensino em nosso país, teria também aquela população o atendimento a que tem direito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura do Estado, solicitando urgentes providências no sentido de que seja instalado na localidade de Estância Hidro-Mineral Nirvana (mais conhecida como "ÁGUA FRIA") no município de Iretama, a segunda fase do 1º grau — 5ª a 8ª série (antigo curso ginásial).

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A localidade Estância Hidromineral Nirvana (mais conhe-

cida como "Água Fria"), está situada a 30 quilômetros da sede do município de Iretama, e, contando com uma população estudantil de aproximadamente 600 alunos, conta apenas com a primeira fase do primeiro grau — isto é da 1ª a 4ª série ou antigo "Grupo Escolar". Recente-se assim, maior oportunidade a que as crianças e jovens daquela localidade, possam, sem abandonar a casa paterna, concluir o 1º grau, e conseqüentemente, obtendo a base necessária, continuar os estudos em outras partes. Porém, o ensino completo do 1º grau, é uma necessidade premente, que deverá obter do Senhor Secretário de Educação a maior atenção e atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado, ao final assinado, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno, requer seja determinada a inserção, na ta dos trabalhos desta sessão, de editorial publicado pelo jornal "Gazeta do Povo", sob o título "O Menor Abandonado — Um Drama Permanente", da edição de 19 de abril de 1977, reprisado na edição de 20 de abril de 1977, em "O Diário Popular".

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1977.

(a) RENATO BERNARDI

JUSTIFICATIVA:

Seria dispensável dada a magnitude do problema. Ocorre que esta Casa tem uma Comissão Especial, destinada a equacionar a problemática do menor, principalmente quando observa-se um processo de acelerada urbanização em nosso Estado, conduzindo para os centros urbanos verdadeiras multidões, oriundas dos campos e, infelizmente, sem qualquer qualificação profissional, agravando sobremaneira o problema. Outrossim, este Poder Legislativo assume, perante a História, a grande responsabilidade de, em conjunto com todas as forças expressivas da Nação, participar da colocação de medidas destinadas a vencer o grande desafio que se nos apresenta nesta fase da Revolução Industrial, consagrada pelo consumismo e pela preocupação constante quanto à qualidade de vida, qual seja, a de não carregar o ônus e a mácula de não poder proporcionar dos desvalidos da vida, infantes idosos, o bem estar que a todos deveria caber por sermos co-herdeiros dos direitos humanos fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Senhores Deputados, cumprindo o que determina o artigo 1º do parágrafo 1º da Resolução número 23/69, de 10 de setembro de 1969, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Honra-me, em nome da bancada de meu Partido, e por delegação honrosa do eminente líder da ARENA e do Governo nesta Casa, Deputado Luiz Roberto Soares, homenagear a Tiradentes, nesta data. (Lendo):

"Atrás de portas fechadas,
à luz de velas acesas,
entre sigilo e espionagem
acontece a inconfidência".

.....

"E diz o Vigário ao Poeta:

"Escreva-me aquela letra do
versinho de Virgílio..."

E dá-lhe o papel e a pena,

E diz o Poeta ao Vigário,

"Tenho meus dedos cortados,

antes que tal verso escrevam..."

Liberdade, ainda que tarde,

ouve-se em redor da mesa.

E a bandeira já está viva,

e sobe, na noite imensa.

E os seus tristes mentores

já são réus — pois se atreveram

a falar em liberdade".

(Ceíclia Meireles, Romanceiro da Inconfidência)"

"O brasileiro tem o instinto da liberdade. É parte de nossa índole o impulso de ser livre. E, ao longo da História, Tiradentes simboliza com fulgurante nitidez a capacidade brasileira de dar a própria vida em holocausto. Joaquim da Silva Xavier é o símbolo vivo do amor à liberdade. O pro-mártir da Independência é imagem das aspirações libertárias de nosso povo.

Quase dois séculos já transcorreram desde que nossa incomparável figura de nossa História subiu ao cadafalso. Quase duzentos anos de vicissitudes: ao longo das quais se foi forjando a têmpera da nacionalidade. E é Tiradentes o inspirador dos passos que temos dado em nosso roteiro histórico como povo que coloca a liberdade como valor supremo.

Rememorar a febricitante arregimentação dos inconfidentes em Vila Rica seria mister redundante em face do enfoque dos muitos historiadores que se debruçaram sobre esses acontecimentos de tanta importância e significado, desde a tortura inquisitorial até o desenlace no patíbulo, a degola, o esquartejamento.

Preferimos falar de Tiradentes vivo, do Tiradentes que se projeta em nosso presente, do Tiradentes que se insere no quadro amplo de nossa realidade contemporânea.

Poderíamos dizer que Tiradentes está conosco. Que sua idéia está bem viva em cada conquista brasileira, no campo do progresso sócio-econômico. Que o seu ideal se materializa em cada manifestação soberana de nossa Pátria.

Não falamos de um vulto longínquo, perdido nas brumas da História. Não nos referimos à silhueta imprecisa de quem já está fora do tempo e do espaço. De quem nada mais tem a ver com o momento presente. Referimo-nos ao Tiradentes vivo".

Salgaram o solo em que se edificava a sua casa, para que no local árido nada mais crescesse, nem plantas, nem flor.

"Mas em oito milhões de quilômetros quadrados, fecunda, pujante, desabrochou em definitivo a consciência da soberania.

Os despojos do mártir se dispersaram pela estrada entre o Rio e Minas. Mas a Nação brasileira recebeu integralmente e é depositária fiel de sua mais preciosa herança. O corpo do herói foi transformado emostas sangentas, mas o espírito permaneceu intacto.

E, graças à força espiritual que pode aurir no exemplo de Tiradentes, a Nação brasileira arremete para o futuro, com a energia de quem ama e preza a liberdade e de quem é capaz, se preciso fôr, de morrer por ela.

Muitas são as frentes de batalha. Muitos são os obstáculos a transpor. Mas não pode se sentir acovardado na luta ou desanimar diante das barreiras a suplantarmos quem está iluminado pelo exemplo do proto-mártir.

Pequena e frágil era a capacidade de luta de Tiradentes frente ao poder colonial. Mas a fraqueza se converteu em força. Assim também a Nação brasileira está rompendo as limitações históricas provocadas pelo desnível entre os países, dando largos passos no sentido do progresso. Soberania, sabemos todos, se conquista dia a dia, com trabalho e esforço. Sem sacrifício não se constrói um grande País. Sem a solução dos problemas materiais, sem a satisfação das necessidades fundamentais do povo, não se edifica uma Nação soberana.

E o Brasil, sejam quais forem as dificuldades momentâneas, vai dando largos passos no campo do seu desenvolvimento preparando a base necessária para o estabelecimento de uma comunidade cada vez mais próspera, justa e feliz. Não nos atemorizamos com os percalços dessa caminhada. Não é de tibieza a nossa atitude, mesmo quando a incompreensão de grandes potências ergue empecilhos em nossa rota de energia, procurando

dessa forma aumentar o fosso que separa os países ricos e poderosos dos em desenvolvimento.

Conscientes de nossos direitos, não cedemos a pressões, não nos curvamos servilmente.

Com muita serenidade, pelo contrário, persistimos em nosso esforço para, com apoio daqueles que querem colaborar conosco, implantar novos setores, fundamentais à aceleração do progresso.

Tiradentes — consoante versões históricas fidedignas — não sonhava apenas com a emancipação do jugo português. Atualizado com as idéias políticas e filosóficas do final do século dezoito, sonhava também com a república e com a modernização da própria economia brasileira. Antes de sua prisão, no Rio de Janeiro, chegou a apresentar planos e projetos que fizera para dinamizar o funcionamento do porto, com a construção de armazéns e novos trechos de cais. Deixava-se empolgar por sonhos. Era homem apixonado e arrebatado. Porém sabia, medir dentro de critérios práticos, as necessidades de estimular o desenvolvimento material. Era intenção dos inconfidentes dar expansão às atividades industriais, na época implacavelmente sufocadas pela Metrópole, que não concebia à Colônia senão como fonte de obtenção de matéria prima, esmerando-se em perseguir e fazer gorar no nascedouro qualquer tentativa brasileira no campo fabril.

Temos, assim, uma lição a extrair das preocupações de Tiradentes com o progresso econômico: liberdade pressupõe também o atendimento das necessidades materiais, existindo entre esses dois aspectos um visível intercondicionamento.

Lutar e apoiar o esforço brasileiro pelo desenvolvimento constitui também uma forma de lutar pela liberdade. Pois a base material que assegura a vida da sociedade influencia também a vida social. Rejeitando o determinismo marxista, que tudo traduz em termos de inaceitável automatismo, é preciso reconhecer a mútua influência entre as estruturas materiais e o tipo de organização social.

Mais progresso para nossa Pátria, em suma, significa o fortalecimento das perspectivas de aprimoramento do sistema social, mediante a mais justa repartição dos frutos propiciados pelo próprio desenvolvimento. E um povo com melhores condições materiais de vida tem também condições de fruir mais eficazmente os benefícios da liberdade.

A defesa da soberania, em busca do progresso, está inserida nesse enfoque. Não é descabido, em conseqüência, lembrar o esforço que o País está denodadamente empreendendo rumo à modernização e à atualização tecnológica, através do domínio do átomo.

É um novo patamar que pretendemos galgar, cheios de confiança no poder de realização de uma sociedade livre e dona de seu próprio destino.

Desassombradamente, arrastando por incompreensão, vai o Brasil evoluindo em sua marcha soberana, fazendo juz ao legado moral que nos deixou o grande herói da Inconfidência.

Especialmente a nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós os representantes do povo, cabe manter fidelidade — às grandes lições do proto-mártir. Quem tem fé na liberdade não se deixa sucumbir diante de circunstâncias adversas. Quem tem fé na liberdade sabe que o futuro se constrói com a dinâmica, ainda que possam se revestir de formulações variáveis.

O importante é a inarredável coerência entre a lição histórica do proto-mártir e o dever de todos e cada um de nós de trabalhar na criatividade em favor dos meios de realização e concretização dos ideais democráticos, dentro de cada quadra histórica, plasmando as estruturas adaptáveis às características de cada época.

O amor perene pela democracia é chama inextinguível do coração dos brasileiros.

Compete-nos, na vida pública, avivar o fogo dessa paixão como fez Rui Barbosa, lembrando a figura e o exemplo desse

símbolo de nacionalidade:

“Da força onde padeceste a morte infame, reservada aos malfetores, baixou à tua pátria o sonho republicano, que outras gerações tinham de ver consumado.

Teu suplício é um dos crimes de perseguições historicamente fatais aos perseguidores.

A posteridade enflorou o teu cadafalso em altar: porque o vilipêndio da expiação, que te imolou, fez da tua memória divinizada a padroeira nacional do Direito. Supliciado por uma idéia, deixaste de emblema a figura especial dela, para te converteres em símbolo universal da inviolabilidade da opinião humana. Morto pela República, ó Tiradentes, és a lição imortal dada à República, da aversão ao sangue e à intolerância; és perante a República, o advogado geral contra a vingança e a opressão. Vítima de um terror, passaste à posteridade como a condenação de todos os terrores.

Tua história não afina com os cantos de guerra cruenta, mas com as imaculadas aspirações da liberdade que floresce na paz”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, que falará em nome do MDB.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira que, participando desta homenagem, representou a eminente bancada da Aliança Renovadora Nacional.

Cabe-me, Sr. Presidente, cumprindo determinação de nosso ilustre líder, Deputado Trajano Bastos, participar, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, desta solenidade em que são tributadas ao primeiro Mártir da nossa Independência, as homenagens que realmente lhes são e sempre serão devidas.

Vale lembrar que foi na segunda metade do Século XVIII, com a mineração em decadência, quando as minas iam se apagando, quando os impostos começavam a ficar em atraso, que foi instituída a Derrama de 1765 por Pombal, determinando a cobrança forçada de todos os quintos atrasados. Atingiam tais quintos, 596 arrobas de ouro no ano de 1789. Tal peso tributário, de há muito não mais era suportado pela população mineira, tornando-a snesível a qualquer idéia de revolta.

Não foi pois mera coincidência, mas, produto de influência dos acontecimentos que se registravam na Europa, que se inicia em 1789, a conspiração contra a dominação portuguesa.

A libertação da Colônia, trata-se pois, do primeiro movimento a propor através de uma ação político-militar, organizada, que deveria contar com o apoio da população — “A Luta pela Liberdade”.

Acrescento, é em nossa História, também a luta pelo Direito. Tudo isso se tornou possível porque, realmente, a elite que se formava em Minas Gerais sensibilizada, influenciada pelas idéias que corriam na Europa, levava, acolhia as idéias, para levar avante tal movimento. Entre os oficiais ela participava, como participavam também padres e outros elementos religiosos.

Do processo de Tiradentes, o primeiro mártir da Liberdade Brasileira, vale a pena que se releia este trecho:

“Mostra-se ... “é um trecho da sentença: (Lê):

“Mostra-se que entre os chefes e cabeças da Conspiração, o primeiro que sujeitou os ideais da República foi o réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes, alferes, o qual há muito tinha concebido o abominável intento de conduzir os povos daquelas Capitanias a uma rebelião, pela qual se subtraísse da justa obediência devida à douta Senhora Rainha de Portugal.

Portanto, condeno o réu Joaquim José da Silva Xavier a que, com braço e pregão seja conduzido pelas ruas públicas ao

lugar da força, e nela morra de morte natural, para sempre!"

E realmente, às 11,00 horas do dia 21 de abril de 1792, havia expirado Tiradentes.

Diante deste quadro, não é fácil a qualquer um de nós definir hoje em nosso País, apesar de quase dois séculos decorridos, o que realmente deva ser entendido por liberdade.

Talvez, se Von Hering ainda vivesse, fosse ele obrigado a modificar os termos da sua conceituada monografia "A Luta pelo Direito". Nada mais tem sido, do que isto, a luta dos povos pela liberdade.

A grande dificuldade que se nos apresenta para definir realmente nos dias de hoje o grande ideal pelo qual tombou no patíbulo Tiradentes, antes de mais nada estaria em se poder fixar uma diferença fundamental entre o direito da força, e a força do direito.

Não podemos separar, realmente, como não separa a propaganda que hoje se faz com relação ao próprio mártir, ligando os problemas econômicos do nosso País, com os seus problemas políticos, mas notando-se que os problemas políticos, essencialmente políticos, são colocados num ponto de esquecimento.

Invoca-se, realmente, a cada 5 minutos, pelas imagens dos nossos televisores, a participação do povo brasileiro na solução dos problemas econômicos que afligem o País. E não nos parece que não deva ser dito que, realmente, este problema afeta todos nós e, todo nós, olhamos e sentimos o problema econômico, como devem ter sentido o peso dos tributos que ia sobre seus ombros, o povo brasileiro do século de Tiradentes, quando não suportava mais o peso dos tributos. Para que se diga que o avanço da ciência política não pode admitir, hoje, que num País civilizado se pretenda sufocar o problema político, colocando sobre ele todo o peso do problema econômico. Se pode existir relacionamento entre os dois problemas e até dos mais íntimos, como existe relacionamento íntimo entre o problema científico do divórcio e o problema religioso do divórcio mas, cientificamente, o divórcio deve ser encarado por todos aqueles que se dedicam a estudá-lo, como um problema científico de interesse de todo o País. Não podemos conceber, portanto, que o problema político seja enterrado pelo problema econômico.

Acredito e, é tradição secular do povo brasileiro que temos capacidade de prosseguir na luta pelo direito e definir, sem constatação, o que seja, realmente, a liberdade para o povo brasileiro.

Não se morre em vão pela liberdade, Sr. Presidente! E, se mesmo sob o peso de impostos, sob a dor da fome, como fome existe em mais da metade da população brasileira, um povo se levanta para bradar por liberdade, ele não está somente se livrando do poder econômico, do poder dos impostos, ou do poder da fome. Ele está, também, politicamente se libertando. E neste ponto, quando se pretende atribuir, como fonte de inspiração para a solução do problema econômico a figura do mártir, cabenos dizer e interpretá-lo na sua majestosa figura de herói, no seu pensamento puro, em todo o seu idealismo, que ele se voltaria, se lhe fosse dado novamente desenvolver este trabalho entre nós, para conduzir o seu povo à libertação política.

Afinal, o problema econômico deve interessar principalmente o povo brasileiro, porque não pode existir um País sem povo. A figura jurídica de País, de Nação, não comporta uma definição que não inclua o seu povo. E, se este povo tem as suas representações, por que hoje ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, através de seus representantes o povo brasileiro não participa dos destinos do seu País? Estamos na mesma condição de Brasil colônica, Sr. Presidente, talvez até pior, politicamente pior do que ao tempo em que éramos Colônica de Portugal.

De que valerem as nossas Universidades, de que valerem as Tribunas de nossas Casas Parlamentares, de que valerem as figuras históricas de Nabuco, de Rio Branco, de Rui na história política de nosso País, se hoje nós aqui nos encontramos legisladores do Estado do Paraná, manietados, com menor poder

legisferante do que os legisladores do Império?

Esta é uma dura realidade. A cada passo uma mudança em nossa Constituição. E enquanto nós olhamos para o Norte e vemos a mais poderosa República do mundo, com uma Constituição de três ou quatro dezenas de artigos que sofreu doze emendas ou um pouco mais, durante duzentos anos, mas permanece a mesma Constituição. E nessa Constituição os representantes do povo, são eles os únicos que fazem a Lei, Sr. Presidente. A ninguém é lícito fazer a lei que represente a solução dos problemas do povo, senão àqueles a quem o povo cumula outorgando-lhes o mandato para tanto.

No entanto, como um avanço reduz-se neste País o quorum constitucional de dois terços para 50 por cento mais um, por deliberação exclusiva da Presidência da República. Sob que fundamento ninguém sabe. Mas a contrapô-lo, ainda temos nessa Constituição a que fiz referência o exemplo da dignidade política. O exemplo da responsabilidade das Assembléias Estaduais e do Congresso Nacional.

As emendas do mais alto porte que se fizeram na Constituição Americana, não dependeram somente do voto de 2/3 do Congresso Nacional, mas acima de tudo, do voto de 3/4 das Assembléias Legislativas dos Estados. Sem o que não seriam aprovadas. Há a responsabilidade do Legislador, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero discutir o mérito porque não cabe neste momento, de uma bancada que nega quorum para os 2/3.

Mas só existe legitimamente na história do Direito, e de acordo com os princípios de liberdade, um Poder competente para julgar o Legislador que vota uma emenda à Constituição e nega-lhe apoio; e este Poder é diretamente o povo, Sr. Presidente. A ninguém mais, sob pena de se jogar sobre todos os princípios constitucionais, sobre todos os princípios liberais, a ofensa mais cruenta que se possa imaginar, de desrespeitar os legítimos donos do Poder, consagrado no artigo 2º da própria Carta Magna Brasileira, "Todo o Poder emana do povo e em seu nome será exercido".

Se tentarmos pois, para todos esses fatos, nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, haveremos de convir de que não se pode prestar homenagem a quem defende a liberdade, tripudiando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre a liberdade. Prestamos a nossa homenagem ao seu mártir, a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Porque acreditamos nele ainda hoje, como acreditamos nos destinos de nossa Pátria.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 129/76, que concede título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Senhor JOSÉ VICTORINO MONTEIRO JAMES. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 129/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor JOSÉ VICTORINO MONTEIRO JAMES.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Reator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 01/77, que denomina "JOÃO LEOPOLDO JACOMEL" a rodovia PR-415 que

liga Curitiba a Piraquara. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 01/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — A Rodovia PR-415, que liga Curitiba a Piraquara, passa denominar-se **JOÃO LEOPOLDO JACOMEL**.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1977.

(aa) **AUGUSTO CARNEIRO** — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 08/77, que denomina "PONTE APARECIDO BEZERRA GUEDES", a ponte sobre o rio Ivaí, localidade de Porto São João, na estrada que liga os municípios de São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 08/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica denominada **PONTE APARECIDO BEZERRA GUEDES**, a ponte construída sobre o rio Ivaí, na localidade de Porto São João, na estrada que liga os municípios de São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1977.

(aa) **AUGUSTO CARNEIRO** — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 10/77, que declara de utilidade pública o "LAR DOS VELHINHOS DE UBI RATÃ", da cidade do mesmo nome. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 10/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o **LAR DOS VELHINHOS DE UBI RATÃ**, com sede na cidade de Ubitatã.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1977.

(aa) **AUGUSTO CARNEIRO** — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 153/75, de autoria do Deputado Fideleino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo a transferir para o DER a conservação e melhoria da estrada **GUARANIAÇU-ALTAMIRA**. Pareceres contrários da CCJ., e CF., por maioria e favorável da COPOTC., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sobre a mesa; requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. Presidente do Lions Internacional, pela sua presença em Curitiba. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à **CANORPA**, que vem dignificando não só o cooperativismo, mas sobretudo à agricultura e à pecuária da região Centro-Norte do Paraná. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais da Casa, do editorial publicado pelo jornal "Gazeta do Povo", sob o título "O Menor Abandonado — Um Drama Permanente".

— **APROVADO.** (O editorial acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo seja instalado na localidade de Estância Hidro-Mineral Nirvana, no município de Iretama, o ensino da segunda fase do primeiro grau — antigo curso ginásial — e seu conseqüente funcionamento. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, sugerindo a implantação e funcionamento da segunda fase do ensino de primeiro grau, na localidade de Corcovado, município de Pérola. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao DER, no sentido de que em todos os projetos de construção de rodovias no Estado, seja incluída a obrigatoriedade de plantio de árvores, em ambas as margens. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de louvor ao Sr. Presidente da República, por haver assinado ato revogando o Parágrafo único, do Artigo 17, da Lei número 4864. — **APROVADO.**

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeremos verificação de votação nesta proposição. **O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias).** — Atendendo o pedido do Deputado Osvaldo Macedo, faremos a verificação de votação ao inverso. Os que aprovam o requerimento, queiram levantar.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELA (Pela ordem). — Sr. Presidente, antes de colocar em votação, requeiro que V. Exa. autorize o Sr. Secretário a fazer a chamada, porquanto parece-me que não há quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto ao eminente Deputado Domício Scaramella, respondendo à sua questão de ordem, se não bastaria a verificação de votação, com o que já teríamos a verificação de quorum.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem). Sr. Presidente, acho que não há quorum porisso, com a chamada, verificaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fazendo a verificação de votação, automaticamente estaríamos verificando o quorum.

O SR. PAULO CAMARGO (Pela ordem). — Sr. Presidente, na verdade, no meu modo de entender, tem razão o Deputado Domício Scaramella. O Deputado pode, em qualquer momento da sessão, pedir à Mesa que se faça chamada nominal para verificar se há ou não quorum para o seu prosseguimento ou para votação.

Nestas condições, acho que o pedido do nobre Deputado Domício Scaramella está dentro das normas regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Deferida a questão de ordem do nobre Deputado Domício Scaramella, determino ao Sr. Secretário que faça a chamada dos Srs. Deputados. (É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Responderam a chamada 29 Srs. Deputados. Há quorum para votação.

O SR. TRAJANO BASTOS (Pela ordem). — Sr. Presidente, encareço que V. Exa. a conferência das presenças, porque o número anunciado por V. Exa. parece não conferir com a presença dos Srs. Deputados em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — V. Exa. pretende que se proceda nova chamada?

O SR. TRAJANO BASTOS — Solicito verificação do número dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — O Sr. Primeiro Secretário procederá novamente a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — 30 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, tendo em vista a ausência do autor deste requerimento, estou preparando um outro solicitando a retirada por dez sessões do mesmo, até que o autor possa estar presente para o acompanhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Mesa aguarda o requerimento e pede ao mesmo tempo, com o devido respeito que merecem os Srs. Deputados, que tomem assento nas suas respectivas cadeiras.

Sobre a mesa, requerimento do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando adiamento por 10 (dez) sessões, do requerimento de autoria do Senhor Deputado João Fadel. — Em votação. — APROVADO.

Conseqüentemente, está adiada por dez sessões a votação do mencionado requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando pedido de informação ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, no sentido de que esclareça a esta Casa sobre processos judiciais do Estado que se encontra em face de julgamento.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Não vejo, conforme se comenta, desprestígio algum à classe dos advogados do Paraná, eis que não foram preteridos! É praxe também já, em outros lugares, que, ações como esta, no Supremo Tribunal, haja a contratação de advogados que tenham mais facilidade, que já estejam lá em Brasília, que tenham a facilidade de acompanhar esses processos, evitando-se assim, até, despesas de locomoção aqui do Paraná!

Temos conhecimento de contratações, em outros lugares, do ex-Ministro Alfredo Buzaid.

Desta vez, há a contratação do advogado Washington de Barros Monteiro, para acompanhar uma ação que é de alta importância para o Estado do Paraná.

Quanto a isto e ao requerimento do nobre Deputado Osvaldo Macedo em que pede informações, o Governo do Paraná nada tem a esconder, e por este motivo serão apresentadas as informações que S. Exa. requer.

Neste momento e por este motivo, votarei favoravelmente ao requerimento que o nobre Deputado está apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Em votação. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia, 25, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 153/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 75/73 e 86/76.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RENATO BERNARDI, EM SESSÃO REALIZADA EM 20/04/77.

“O Menor Abandonado — Um Drama Permanente

Eles andam em bandos pelas ruas, sujos e famintos. Correm, empurram-se, dão gargalhadas desabridas, em tom de impotente desafio. Ninguém sabe de onde vêm, põem-se a correr ao menor sinal de suposto perigo, furtam o que podem. Não têm ninguém por eles. Alguns moram em barracos imundos. Outros dormem sob as marquises das lojas ou ao abrigo das pontes. Dia a dia, ao invés de despertarem para as conquistas da vida, a sua visão do mundo vai-se tornando mais estreita. São vítimas constantes e indefesas da brutalidade do meio em que vivem, dos misérrimos de toda a espécie. Convivem com adultos fracassados, idiotizados pelo álcool. Vítimas de sevícias, de agressões de todo o gênero, de estupros de marginais irrecuperáveis. Já adolescentes, como serão? Poucos serão encaminhados para o trabalho. Muitos morrerão sem chegar a desabrochar, ceifados pelas pneumonias, pelas gastroenterites, pelas doenças infecciosas, que seus corpos desnutridos não conseguem vencer. Adolescentes, eles se encaminharão para os vícios. Sentirão uma atração mística para as armas de fogo, como se elas representassem a força, o poder que lhes falta. Algumas meninas virarão prostitutas. Alguns rapazes serão assaltantes, traficantes de drogas, pedintes, bêbados, mulambentos. É uma engrenagem maldita a que não podem escapar sem ajuda. O problema aí está, cada vez maior, cada vez mais grave e precisa ser denunciado corajosamente. Não será só com palavras sonoras ou com esmolas que os ajudaremos, porque eles padecem da pior orfandade que é a total carência de amor. Que espécie de relacionamento esperamos deles no futuro? Os psicólogos especializados em educação atestam que o fator mais grave, na formação do homem, é a perda da afetividade. A perda da afetividade é a ruína do ser humano, como pessoa. Psiquiatras que abordam as conseqüências das drogas chegam a afirmar que o maior dano da toxicomania é justamente o lento decréscimo da afetividade, até sua perda total, quando o viciado se torna um pesado ônus para a coletividade. Ora, o menor abandonado, por força da contínua hostilidade do meio em que vive e da agressão ininterrupta dos que o cercam, tende a se embrutecer paulatinamente, até a perda total dos mais nobres sentimentos. Amanhã eles devolverão o nosso desamor, o nosso descaso. Um desamor que é nutriz do mal, um descaso que é irresponsabilidade. O seu embrutecimento é a carência de amor que não lhes demos, do apoio que lhes negamos. Estamos cegos diante de um perigo. O perigo maior da marginalização do menor é a formação do adulto delinquente ou mortalmente nocivo à sociedade. O problema transcende à capacidade individual ou de grupos isolados porque envolve uma gama enorme de instrumentos e requer um campo complexo de abordagem que só pode ser adquirido e exercido pelo poder público. Os institutos e órgãos responsáveis têm resolvido ínfima parte deste enorme problema. Entretanto, é hora de estudá-lo com mais profundidade e de reunir os meios necessários para salvar, resgatar estes infelizes. Todo o esforço empregado, em última análise, reverterá em benefício da coletividade.

Estas considerações se impõem no momento em que a Comissão Especial do Menor composta dos Deputados Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Gilberto Carvalho, Renato Bernardi, Antônio Facci e Ernesto Dal'Oglio fez rápida visita aos órgãos do Instituto de Assistência ao Menor (FAM— conforme Gazeta noticiou ontem em sua seção Notas Políticas.”